

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

RENATA SOUZA DE SENA e VIVIAN PIRES DE OLIVEIRA
NACYRA YBURI F.LUCENA

AUTISMO NA ESCOLA: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Rio de Janeiro

2020

AUTISMO NA ESCOLA: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

AUTISM AT SCHOOL: THE CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION

Renata Souza de Sena

Vivian Pires de Oliveira

Titulação

Nacyra Yburi F. Lucena

Titulação

RESUMO

A inclusão é muito mais que estar inserido e sim de fato incluído. Mostrar a realidade das escolas de rede regular como um todo no quesito inclusão e como o autismo pode ser diagnosticado para que as dificuldades sejam respeitadas e, o mais importante, que suas qualidades sejam trabalhadas. O enfrentamento e a superação, a igualdade concreta entre os sujeitos, com o reconhecimento das diferenças no aspecto físico, psicológico e cultural. Já a desigualdade socialmente construída é que se opõe à igualdade, são tarefas cotidianas em uma proposta de Educação Inclusiva. As dificuldades do docente e a instituição escolar em receber um aluno autista, como a escola e comunidade podem conviver, como pode ser trabalhada a inclusão dentro do ensino e aprendizagem e como a escola pode fornecer um ambiente e ensino de aprendizagem adequado para essa criança, como a família pode lidar com essa realidade que muitas pessoas passam que é educar, conviver e lidar com o filho que possui o espectro autista. A família precisa fazer parte desse processo, o amparo e compreensão com acompanhamento de profissionais capacitados, com ensino focado em fatores que facilitam e/ou inibem o aprendizado e o desenvolvimento dessas crianças. Este trabalho foi elaborado por pesquisa bibliográfica, qualitativa e explicativa.

Palavras-chave: Espectro Autista, dificuldade docente, inclusão.

ABSTRACT

Inclusion is much more than being inserted, it is actually included. To show the reality of regular schools as a whole in terms of inclusion and how autism can be diagnosed so that difficulties are respected and, most importantly, that their qualities are worked on. Coping and overcoming, concrete equality between subjects, with the recognition of differences in physical, psychological and cultural aspects. Socially constructed inequality, on the other hand, is opposed to equality, they are everyday tasks in an Inclusive Education proposal. The difficulties of the teacher and the school institution in receiving an autistic student, how the school and the community can live together, how inclusion within teaching and learning can be worked on and how the school can provide an appropriate learning environment and teaching for this child, how the family can deal with this reality that many people experience, which is to educate, live and deal with the child with the autistic spectrum. The family needs to be part of this process, the support and understanding with the accompaniment of trained professionals, with teaching focused on factors that facilitate and / or inhibit the learning and development of these children. This work was elaborated by bibliographical, qualitative and explanatory research.

Key-words: Keywords: Autistic Spectrum, teaching difficulty, inclusion.

INTRODUÇÃO:

Atualmente o debate sobre a inclusão de alunos com deficiência conquistou espaço no campo educacional, visto que a inclusão é muito mais que estar inserido e sim de fato incluído. A verdadeira inclusão possibilita atendimento aos alunos e suas demandas, tornando-os sujeito histórico e de direitos, potencializando suas habilidades e competências e preparando-os para a vida em sociedade.

Todos os ambientes devem trabalhar a inclusão, principalmente o ambiente escolar. Precisa-se formar o professor e preparar a escola para receber o aluno com deficiência e propiciar o seu desenvolvimento, oferecendo a ele uma educação inclusiva. Dentre as deficiências existentes, temos o autismo. O autismo pode apresentar diversas dificuldades do desenvolvimento humano, recebendo assim o termo TEA – Transtorno do Espectro Autista.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo. Algumas pessoas com autismo apresentam deficiência intelectual. Estes alunos são diagnosticados apenas clinicamente em graus de comprometimento para diagnóstico mais completo.

A LDB 9394/96 estabelece a educação especial como modalidade que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, bem como a garantia de direito a professores e serviços de apoio especializado sempre que necessário. A pergunta norteadora deste artigo é: Como incluir alunos autistas dentro da escola?

O objetivo geral desse artigo é discutir as dificuldades da prática da inclusão do aluno autista e as possibilidades de obtê-la com sucesso. Têm como objetivos específicos: descrever as características do aluno com autismo, verificar as dificuldades e desafios na prática da inclusão sob a visão do profissional docente e apresentar resultado de uma efetiva parceria entre escola e família neste processo.

A escolha desse tema justificou-se devido as autoras observarem em suas atividades docente, a importância de práticas que propiciem inserção do aluno autista na rotina educacional.

Esse artigo é relevante para gestores, professores e pais. Para gestores, por estabelecer parâmetros mínimos para uma educação inclusiva no ambiente escolar. Para professores, por sinalizar os principais pontos a serem respeitados no atendimento ao aluno incluído, bem como a necessidade de constante atualização e aperfeiçoamento profissional para atendimento às demandas do educando. Aos pais, por especificar o papel da instituição escolar e sua contribuição no desenvolvimento do aluno autista.

A pergunta norteadora deste artigo é: Como incluir alunos autistas dentro da escola? Concluímos que a hipótese deste artigo é a necessidade de construção e manutenção de um pilar sólido: escola, família e sociedade. A partir deste envolvimento, podem ser percebidos diversos benefícios para com o desenvolvimento do discente num ambiente inclusivo.

Todas as instituições de ensino devem oferecer atendimento especializado, chamado de Educação Especial. Vale lembrar que o papel da família somado à escola é primordial para o processo educativo e garantia de aprendizagem dos alunos, sejam eles especiais ou não. A família precisa ser parceira da escola. Nesse entendimento, o papel dos pais é estimular o comportamento de estudante nos filhos e dar continuidade aos estímulos promovidos pelo ambiente escolar.

A inclusão do aluno autista na escola deve ser oferecida por professores e gestores qualificados. A escola deve oferecer um ambiente onde os alunos autistas sejam acolhidos, respeitados e recebam as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral que os demais estudantes. Para que isso ocorra, é desejável que os professores mesmo não especialistas no transtorno, busquem conhecer os alunos de forma individual, considerando que cada um aprende e se desenvolve de um jeito com seu ritmo de aprendizagem, por vezes necessitando de adaptações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo se fundamenta nos autores abaixo. Tem como objetivo servir como base o desenvolvimento e esclarecem os leitores os muitos conceitos que facilitaram o entendimento da pesquisa e se refere e faz menção à importância de compreender o desenvolvimento e a vida escolar de uma criança autista que enfrenta ao longo da vida escolar e as dificuldades de aprendizagem apresentadas e dentro deste artigo os autores: (Figueiredo, 2010 e MANTOAN, 2003) que abordam o assunto sobre a aprendizagem escolar e a importância da organização das atividades para transformação e integração da escola e a aprendizagem do aluno e como a escola pode incluir esse aluno com deficiência e objetivando um ensino igualitário e justo a todos os envolvidos no processo de aprendizagem. A autora (ROSANGELA MACHADO, 2009 e PRISCILA LIMA, 2006) faz uma análise de como esse processo de inclusão a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio, é que as escolas podem inovar as práticas de educação especial e dar novos rumos para a inclusão de alunos com deficiência que também a desigualdade e a inclusão infelizmente andam juntas e como podemos reverter essa situação. (RODRIGUES, 2016) e como a ajuda e parceria da escola x família x inclusão podem trabalhar juntas e evitar o desrespeito e preconceito que a educação pode transformar, e que sim, podemos remover barreiras.

Segundo Figueiredo (2010), a escola precisa ser favorável a trocas de experiências e a inclusão acontece pela disposição de entender que existem diferentes tipos de aprendizagens entre os alunos.

Alguns professores aderem rapidamente e demonstram confiança na possibilidade de desenvolverem uma pedagogia que contemple as diferenças de todos os alunos. Outros, ao contrário, resistem a essa ideia, e, há aqueles que se apropriam pouco a pouco dessa concepção e vão inserindo pequenas mudanças no ensino e na gestão da classe. (FIGUEIREDO, 2010, p.37 apud Guisso 2014).

A autora indaga a importância da organização das atividades, ponto este indispensável para transformação do aluno, buscando integração da equipe escolar,

dos alunos e suas famílias. Desse modo, concluímos que é de responsabilidade da escola o oferecimento de um ambiente democrático, que vise integrar os alunos e capacitá-los respeitando suas diversidades. Figueiredo (2010 apud Guisso 2014) enfatiza que o envolvimento da família no processo educacional da criança é uma questão de extrema importância. Que a família deve ser motivada e orientada a colaborar e ter a participação de projetos educacionais de suas crianças promovendo uma interação maior com as crianças e a escola.

A criança é um ser social e faz parte de uma organização familiar que é inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura. A qualidade da estimulação no lar e interação dos pais com essa criança é importante para o desenvolvimento e a aprendizagem de uma crianças com deficiência. Montoan (2003) enfatiza que o seguinte ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da instituição escolar, do professor, do aluno, conforme as questões que os sustentam. Que a inclusão busca inserir todos os alunos não havendo exceção para este ou aquele aluno.

As escolas inclusivas tem um modo de organização de sistema educacional que engloba as necessidades de todos os alunos, o trabalho inclusivo é orientado pela ideia de que todos os alunos que possam aprender com o tempo e o jeito deles. A forma de adaptação das atividades constitui-se em desafios para um professor inclusivo trabalhar com os conteúdos e projetos. Deste modo, cabe às escolas adotarem algumas medidas de integração dos alunos, objetivando um ensino igualitário e justo a todos os envolvidos neste processo.

Como destaca Montoan (2003, página 8), os locais humanos de convivência e de aprendizagem são plurais. Por isso a importância de constituir uma escola que promova a formação integral do aluno, considerando suas potencialidades. Todas as crianças devem poder ser matriculadas na rede de ensino e nela encontrar respostas às suas deficiências.

Embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas nossas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos. Ou, mais precisamente: as propostas e

políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todos os demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar. MANTOAN, 2003 (p.19)

A educação em um todo, incluindo a educação especial, deve acontecer em um ensino baseado na cooperação, promovendo algumas experiências múltiplas, em que todas as crianças possam aprender juntas e se socializar-se. Algumas adaptações deverão ser realizadas pela equipe pedagógica escolar ao longo deste processo educacional, buscando elevar o desenvolvimento pedagógico e as relações sociais dos alunos.

“A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.” (MANTOAN, 2003, p. 30).

As condições que possuímos hoje para transformação escolar nos possibilitam propor uma escola única e para todos, pois o que se pretende é que as diferenças e que os talentos de cada um possam sobressair. Temos que trazer o poder da escola, que deve ser exercido que fazem efetivar e acontecer a nossa educação. Os trabalhos pedagógicos na educação inclusiva devem estimular as capacidades de aprendizagem desses alunos, ajudando-os a vencer os obstáculos no dia a dia.

O objetivo da escola não é levar todos os alunos a um nível de desenvolvimento padrão e esse desenvolvimento almejado pela escola não se realiza, pois não é alcançado, alunos os não devem sofrer as consequências de reprovação por mais que tenha sido imposta a ideia de homogeneização, das turmas e o que as move e a heterogeneidade, a multiplicidade e a complexidade. (MACHADO, 2008, P.73)

Segundo Rosângela Machado e as demais autoras do livro a educação na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva, a escola comum se torna uma escola inclusiva quando reconhece as diferenças dos seus alunos diante do processo educacional e busca a participação e o progresso de todos, incluindo novas práticas pedagógicas. ao contribuir para a elaboração do PPP, bem como ao participar de sua execução no cotidiano da escola, tem a oportunidade de exercitar um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos nas escolas e para assegurar a inclusão, mais ela depende de mudanças que vão muito além da escola e da sala de aula. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças.

O que se entende equivocadamente por articulação entre a Educação Especial e a escola comum tem descaracterizado a interlocução entre ambas. Na perspectiva da educação inclusiva, os professores itinerantes, o reforço escolar e outras ações não constituem formas de articulação, mas uma justaposição de serviços, que continua incidindo sobre a fragmentação entre a Educação Especial e o ensino comum. (Ropoli, et.al.2010, p.20)

A educação especial nessa perspectiva está relacionada a uma concepção e práticas da escola comum que pode mudar a lógica do processo de escolarização. a modalidade que não substitui a escolarização dos alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil institucionalmente idealizado.

Devemos procurar inovar as práticas de educação especial e dar novos rumos para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, um desafio à reorganização dos serviços de educação especial de forma que seja complementar ao ensino regular e não um substitutivo. A autora em si enfatiza que ainda nos dias atuais a inclusão é vista como um desafio, causando expectativas e angústia em grande parte dos profissionais da educação.

Em sala de aula, as práticas de ensino, a união do professor e da equipe pedagógica escolar em torno de uma mudança educacional como a inclusão não acontece de modo igual em todas as escolas, mesmo que já vigore um Projeto Político

Pedagógico que oriente as ações educacionais há de existir “entrega”, uma disposição individual ou em grupo de sua equipe de se expor a uma experiência educacional diferente da qual estamos acostumados a viver.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. (Ropoli. et.al.2010.p.8)

As mudanças não ocorrem pela prática diferente de ensinar. Elas dependem da elaboração dos professores sobre o que lhes acontece no decorrer da experiência educacional inclusiva que eles se propuseram a viver. Nesse sentido, diz que apesar da escola não ser capaz de sozinha, efetuar transformações sociais, é ela quem pode estabelecer os princípios de uma inclusão escolar. Contudo, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

A autora Priscila Augusta nos mostra que a efetivação da inclusão requer clareza sobre a contribuição que cada um pode dar em situações concretas de convívio. Ao mesmo tempo, essa convivência interfere nas concepções existentes a respeito das pessoas com deficiência na escola, nos ambientes de trabalho, no atendimento à saúde e nos demais espaços públicos. Seu primeiro contato e o trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência.

Numa perspectiva dialética, discute a inclusão na sociedade capitalista partindo de dois princípios contraditórios: a igualdade e a diversidade. Ainda nesse capítulo, analisa os conceitos de integração e inclusão, terminologias encontradas em muitos textos na área, mas com diferentes acepções.

"A formação de base e o conhecimento especializado constituem uma vertente significativa e é neste sentido que se busca consolidar esta obra". A forma com que a sociedade interage com as pessoas com deficiência se modificou e vem transformando ao longo da história. Muitos foram considerados incapazes,

inválidos, inferiores, antes que fossem vistos como cidadãos com direitos de deveres. (Lima, 2006, p. 27)

A inclusão escolar está nas ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais. Esse movimento torna-se possível a interação de crianças com deficiência junto com as crianças sem deficiência convivendo no mesmo ambiente escolar, exercendo a tolerância e aceitação, compreendendo e respeitando as diferenças.

É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e programar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças. Ressalta o impacto dos movimentos sociais que confluíram em políticas educacionais que visam a educação com um direito de todos os cidadãos. (Lima, 2006, p.123)

No livro “Educação Inclusiva e Desigualdade Social”, Priscila coloca em questão que a proposta atual de inclusão envolve as escolas do país inteiro, em todos os níveis da Educação. A diversidade de questões merece uma ampla reflexão, pois procura indicar trilhas para auxiliar os educadores em uma prática e docência.

A efetivação plena e permanente do processo inclusivo depende muito da atuação e das atitudes dos professores e, ainda, do seu acesso às informações. É fundamental, nesse sentido, que cursos de formação de educadores em geral propiciem o contato com pessoas portadoras de necessidades especiais (sic), por meio da realização de visitas a escolas inclusivas ou instituições especializadas, ou de entrevistas com pessoas especiais que obtiveram êxito no percurso escolar ou profissional e que possam apresentar testemunhos sobre suas trajetórias e problemas no contexto escolar. (Lima, 2006. pág.124).

Rodrigues (2016) enfatiza que o alicerce da educação transformadora é enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, como desigualdades entre acesso e na participação nos resultados de aprendizagem. O autor faz uma proposta para pensarmos em transformações possíveis e necessárias das várias dimensões da

educação e colocar em análise os aspectos socioculturais que constituem a vida diária escolar.

“A Educação necessita de uma reforma no sentido da Inclusão e, para isso precisa ter os seus próprios agentes, os seus próprios reformadores. Entretanto, em muitos sistemas educacionais e certamente, no sistema português – espera-se que os dinamizadores desta reforma desenvolvam de uma forma diríamos, “metafísica”; isto é, que devem lutar por uma escola que, na verdade nunca viram, que nunca experimentaram, e que sejam capazes de adotar métodos diferentes daqueles em que foram educados. É certo que os grandes promotores da Educação inclusiva da atualidade nunca experimentaram a Inclusão na sua vida escolar. Chegaram à premência da Educação Inclusiva através do seu próprio convencimento quanto à ética e à justiça da Inclusão. Não deixa de ser estimulante que impulso poderá sofrer a Educação Inclusiva quando esta deixar de ser desenvolvida por pessoas para quem ela não é mera opção ética, mas sim, o resultado de uma experiência pessoal e vivida.” (Rodrigues, 2016, pág. 57-58).

O que fica evidente é que as deficiências não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas às exigências de ampla acessibilidade, portanto, a responsabilidade social de prever e promover meios de satisfazer essas deficiências. A inclusão diz respeito à identificação e a remoção de barreiras e implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender os alunos, a presença, participação e a aquisição de todos os alunos pontua Rodrigues.

“A vitória mais importante de qualquer reforma educativa é vencer o poder da porta da sala de aula. E explicava: Se o professor não estiver profundamente convencido da utilidade e justiça de qualquer reforma educacional, ele poderá sempre usar a porta da sala para deixar a reforma no corredor. Também poderá fechar a porta para pôr em prática reformas que não estão oficializadas.” (Rodrigues, 2011, página 91).

Por fim, conclui-se que atualmente existe maior entendimento sobre a importância da educação inclusiva, assim como os diferentes papéis, como o papel da

escola, da família, da sociedade, do professor, voltando-se, portanto, para a integração do aluno com deficiência.

CORPO DO TRABALHO/DESENVOLVIMENTO

1. CARACTERÍSTICA DO ALUNO AUTISTA

O autismo pode ser considerado uma condição que inviabiliza o convívio social de quem possui o transtorno. Os autistas, ou seja, pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista podem apresentar sintomas bastante variados com diferentes intensidades. Não há exames laboratoriais e de imagem que auxiliem nesse diagnóstico. Uma das opções de diagnóstico é realizada por meio de observação e relato de quem convive a criança. O autismo não possui causas totalmente conhecidas, não possui marcador biológico nem mesmo genético. Mais apesar de muitos estudos envolvidos sobre possíveis infecções durante a gravidez e mesmo com fatores ambientais, como poluição, no desenvolvimento do distúrbio, pais mais velhos, parentes com caso na família, ainda não há um diagnóstico da causa real do autismo.

Atualmente, com os avanços de pesquisas na área, o autismo tem sido diagnosticado cada vez mais precocemente. O diagnóstico precoce é importante, pois é possível auxiliar os pais a lidarem com filhos nessa jornada de desenvolvimento. Quanto antes o tratamento for iniciado, mais chances de controle do transtorno.

O autismo pode afetar o sistema nervoso e o alcance da gravidade dos sintomas pode variar. Dentre os sintomas mais comuns estão: dificuldade de comunicação, interações sociais, interesses obsessivos e comportamentos repetitivos. O reconhecimento precoce, como as terapias comportamentais, educacional e familiar que podem reduzir os sintomas, no qual oferecer um apoio ao desenvolvimento e à aprendizagem.

Muitas das vezes os autistas acabam se relacionando, mesmo que de forma restrita e apenas por necessidade, com os próprios pais, apesar da dificuldade de se comunicar verbalmente. Por não se fazerem entender, alguns chegam a gritar ou

espernear no chão quando contrariados. É possível observar a diferença no olhar da criança autista. A dificuldade de contato visual ocorre nos casos mais graves. O autismo possui graus e esses graus caracterizam a dificuldade de cada criança, dividindo-se em: Nível 1, 2 e 3.

O grau de nível 1 (leve), apresenta características de dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode aparentar pouco interesse por interações sociais. Comportamentos repetitivos e restritos: Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

O grau de nível 2 (moderado), apresenta déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio, limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem dos outros. Comportamentos repetitivos e restritos: Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos ou repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

O grau 3 (grave) tem por característica déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, limitação em iniciar interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Comportamentos repetitivos e restritos: Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restrito ou repetitivo interfere acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

1.1 O QUE LEVA A PROCURAR ATENDIMENTO MÉDICO PARA DIAGNÓSTICO

Na faixa etária entre um aos três anos de idade é possível identificar traços de autismo nas crianças. O autismo acontece com pessoas de todas as classes. Os sintomas podem aparecer nos primeiros meses de vida da criança e para melhor

observação nesta fase, pode-se observar na amamentação, por exemplo. Durante o crescimento é importante que os pais interajam o máximo possível com criança em uma troca de olhar. Em caso de desinteresse da criança por qualquer tipo de objetos, a interação poderá ser um sinal do transtorno. O melhor é conversar primeiramente com o médico que faz o acompanhamento da criança mensalmente para mais informações sobre o caso.

O diagnóstico é essencialmente clínico e, nesse sentido, não deve prescindir da participação do médico especialista (psiquiatra e/ou neurologista), acompanhado de equipe interdisciplinar capacitada para reconhecer clinicamente tais transtornos. A equipe deverá contar com, no mínimo: médico psiquiatra ou neurologista, psicólogo e fonoaudiólogo. Cada profissional, dentro da sua área, fará sua observação clínica. (BRASIL, 2013, pág.36)

As características mais comuns do autista e simples de ser reconhecida é o apego à rotina e a estereotipia. Se a criança tem o costume de assistir a um programa na TV todos os dias naquele mesmo horário, ou se ele faz um tipo de refeição pode ter dificuldade em aceitar mudanças. Pedirá pelo almoço sempre naquele mesmo horário, mesmo no final de semana ou se não estiver com fome, por exemplo. Já a estereotipia é o que faz com que a criança tenha o hábito de enfileirar objetos ou ordená-los de alguma forma lógica, como medir passos, contar azulejos e ladrilhos na calçada. No início algumas características do Autismo podem se confundir com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por isso a análise clínica feita por um profissional é fundamental para diferenciá-las e chegar a um diagnóstico correto.

1.2 SENTIMENTO DA FAMILIA PÓS DIAGNOSTICO E EXPECTATIVA NO DESENVOLVIMENTO

Diante das possibilidades de mudanças no ambiente educacional, o ato de incluir estes alunos com autismo em grande parte de nossas escolas é um desejo ainda ser realizado, tenha em vista que as mesmas vivem abaixo da realidade dessas crianças inclusas. É necessário fazer valer os direitos. A prática profissional junto aos alunos

especiais sentiu a necessidade de levantar informações fazermos uma reflexão sobre o Atendimento Educacional Especializado e as práticas educativas.

Inclusão Escolar “Mais do que avaliar os argumentos contrários e favoráveis às políticas educacionais inclusivas, entre os pontos mais polêmicos está à complexa relação de igualdade - diferença, que envolve o entendimento e a elaboração de tais políticas e de todas as iniciativas visando à transformação das escolas, para se ajustarem aos princípios inclusivos de educação”. (Mantoan, 2006, pág. 16)

A maneira de que podemos tratar o autismo é um acompanhamento diferenciado e diversificado. Não só com os remédios são capazes de conter os efeitos do autismo. O autismo se trata de uma síndrome psicológica, uma patologia mental e comportamental, uma delas as terapias associadas são aconselhadas Fonoaudióloga (em casos de atraso da linguagem), Seroterapia (para estimulação a interação social e a empatia), Terapia Ocupacional (que poderá ajudar na concentração e no desenvolvimento cognitivo), passando por terapias, programa educacional e clínico com uma prática a psicopedagoga (que busca observar os comportamentos das crianças autistas em diversas situações frente a diferentes estímulos). Independentemente de qual seja o tipo de tratamento, ou a combinação entre eles, é importante que seja feito o quanto antes a partir do diagnóstico do autismo. Isso permitirá que a cabeça tenha novas “conexões” em uma fase do desenvolvimento. O transtorno bem controlado tornando o autista adaptado a estudar em uma escola regular e ter um bom desenvolvimento social.

Sobre o aspecto escolar, não basta “integrar”, é necessário “incluir”. O papel de facilitar a inclusão é unicamente da escola e a mesma precisa reestruturar quanto ao seu quadro de profissionais e até mesmo a parte de estrutura. Mantoan explica o objetivo de ambos os conceitos e diz que:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional

que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (Mantoan, 2003, p.16).

Para algumas das etapas de modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional Especializado organiza-se para apoiar o desenvolvimento das crianças, os sistemas de ensino e o atendimento deve ser realizado na própria escola ou no centro especializado que possa realizar esse serviço educacional.

A presença da criança com deficiência na escola regular representa um avanço no que se refere à democratização do ensino, mas não garante a efetivação de uma política de inclusão. Não basta somente mudar a estrutura física, o conteúdo programático ou o ritmo de aprendizagem, pois a escola para se tornar realmente inclusiva, deverá remodelar sua essência, seu ideário político pedagógico, é preciso uma revolução que ponha do avesso a sua razão de existir. (Figueiredo, 2002, pág. 67-78 apud OLIVEIRA 2009).

Comunidades escolares excluem, voluntariamente ou não, tudo aquilo que julgam ser diferente de uma cultura que rege nossa sociedade. Esta exclusão é ainda mais complicada, pois é analisada pela visão das crianças deficiência. O fato faz com que o “problema” apresentado se torne ainda mais preocupante por parte da família, ate mesmo uma rejeição da culpa dos pais relacionada ao autismo, que passam a ser vistos, e possivelmente reconhecidos, como parceiros necessários para o tratamento e desenvolvimento da criança.

O envolvimento da família no tratamento, maioria das vezes, exige mudanças na rotina dela. Portanto, a adoção de determinados padrões de comportamento e atitudes em relação à vida passam a ser subordinados quase que exclusivamente à criança com transtorno, a qual leva ao estabelecimento de padrões familiares rígidos.

Por que a diferença é difícil de ser recusada, negada, desvalorizada. Se ela é recusada, negada, desvalorizada, há que assimilá-la ao igualitarismo essencialista e, se aceita e valorizada, há que mudar de lado e romper com os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora. (Mantoan, 2007, pág.321)

As dificuldades são decorrentes da presença do autista que, por suas dificuldades de integração os processos de relacionamento de sua família, interferindo na organização interna e externa dela. Contudo, a família passa a viver em função do autista e de suas exigências, dada a dificuldade dele em adquirir sua autonomia e em razão da dependência permanente. As mães dessas crianças autistas são as pessoas que mais se envolvem no acompanhamento e tratamento. São elas que observam, na maioria das vezes, os primeiros sinais característicos do autismo.

O autismo foi compreendido como um transtorno caracterizado por déficit social, pois as mães pontuaram os problemas de linguagem e a dificuldade de se relacionar com outras crianças e pessoas como características frequentes. Assim, para elas, o autismo está diretamente relacionado à dificuldade de socialização.

Os serviços especializados para as crianças autistas e suas famílias devem ser baseados nas necessidades de cada criança e da família delas, pois cada criança tem sintomas diferenciados, a qual tem a função de tomar decisões e determinar como se envolverá no tratamento da criança. Embora a intervenção tenha um currículo específico, as atividades e rotinas diárias são individualizadas e personalizadas para cada família e cada criança. Neste sentido, aconselhamentos, orientações, apoio social, por meio das instituições de atendimento às crianças, e trabalhos terapêuticos como alternativas de enfrentamento. Os profissionais de saúde por meio da comunicação e da avaliação para o encaminhamento da criança com transtornos, além de serem responsáveis pelo desenvolvimento de uma equipe especializada para a confirmação diagnóstica e início do tratamento. A família precisa fazer parte desse processo, o amparo e compreensão nesse momento é a melhor opção, mas também adquirindo estrutura psicológica para todos os familiares que estão envolvidos diretamente.

2. AS DIFICULDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DA INCLUSÃO SOB A VISÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE.

De acordo com a Constituição Brasileira, o Estado deve assegurar os direitos dos deficientes bem como o atendimento adequado, mas, compatível com a perspectiva capitalista, os deficientes são vistos como pessoas incapazes,

improdutivas, normalmente não consumidoras e que custam alto para os cofres públicos.

A educação inclusiva trata-se de uma educação em que a escola se adapta ao indivíduo que se busca incluir e não o contrário. Isso deve ficar bem claro para a sociedade em que a escola esteja inserida.

Para um atendimento consciente e responsável a proposta pedagógica, não deverá acontecer só no âmbito escolar. A família do autista possui um papel importante no seu desenvolvimento. Sabe-se que se trata de famílias que possuem decepções em diversas fases da vida, até porque antes de nascer, a criança já é depositada uma série de expectativas, tanto do subsistema casal quanto das famílias de origem dos pais até o momento da notícia da deficiência e até mesmo durante o processo de desenvolvimento e crescimento de seus filhos. A exclusão social tem sido apresentada como algo de muita frequência hoje em dia na maior parte das famílias.

A educação inclusiva ainda precisa se estender em diversas escolas, de modo a que todas entendam a importância da capacitação de um indivíduo para sua melhor integração numa sociedade. A inclusão de pessoas com deficiência é lei no âmbito nacional.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: Currículo, métodos, técnicas recursos educativos organização específicos, para atender às suas necessidades. (LDB, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 59 – Redação dada pela Lei nº 12.796.de 2013).

2.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO DESTA CRIANÇA COM AUTISMO

Para incluir é necessário ultrapassar preconceitos criados pela sociedade para trabalhar com objetivo de obter uma sociedade mais justa em que os professores e que não tenham medo do que está por vir, do novo, oferecendo formação adequada para que se sintam seguros em suas aulas e possam passar os conteúdos com qualidade.

Dentro do dia a dia escolar, a criatividade e bom senso dos professores é uma das principais formas para o ensino e aprendizagem das crianças especiais. Para isso, as ações pedagógicas são necessárias nesse processo. Fazer adaptações com alguns materiais de estudo, instrumentos, acessórios, brinquedos, conteúdos lúdicos para que elas possam desenvolver habilidades com o conhecimento assim como as demais crianças. São momentos em que as crianças extravasam e se divertem. Pode ser que o aluno com autismo se veja intimidado com o barulho, e recue, por isso é importante criar atividades com brincadeiras que incluam seu aluno na aula com recursos que sejam confortáveis para ele: Bolinha de sabão; apresentações musicais e com dança; pintura de telas e montagem com peças geométricas, por exemplo.

Caso o aluno autista tenha um amigo mais próximo a ele, permita-se que as atividades sejam realizadas com esta criança, assim ele ficará empolgado e motivado. Nas aulas musicais, por exemplo, deixe que se expresse como preferir, dançando, andando pela sala, interagindo à sua maneira. Quanto mais motivadora e divertida for, maior a chance da pessoa com autismo permanecer espontaneamente nas atividades e criar interesse nas aulas. As atividades lúdicas que forem oferecidas para a criança com autismo podem estimular as áreas da interação social, comportamento e comunicação.

É importante que cada atividade seja feita levando-se em consideração as necessidades, e os interesses e o estágio de desenvolvimento da criança, de forma que as atividades sejam motivadoras e acessíveis e interessantes que promova com eficácia o desenvolvimento de habilidades específicas. Uma mesma atividade pode ser adaptada alterando a meta educacional.

É uma boa forma de aprender e ensinar, assim eles vão conhecendo formas, objetos, texturas, tamanho, som e cor além do mais desenvolve sentimentos afetivos e acabam por se tornar pessoas curiosas e mais ativas, que buscam sempre aprender mais , Ter uma equipe de pedagogos, professores, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros especialistas para garantir o sucesso e o processo de ensino-aprendizagem e inclusão com qualidade.

“A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes á diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das

diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo". (Figueiredo, 2010, pág.32)

Contudo, o importante é adaptar o espaço de aula. De maneira geral, as crianças autistas desenvolvem uma hipersensibilidade, aprimorando os sentidos auditivos, táteis, olfativos ou visuais. Nesse sentido, uma sala de aula onde predomina somente uma cor ou cores múltiplas, pode causar incômodo para o aluno, facilitando sua dispersão os aspectos importantes das suas dificuldades e o que pode interferir na sua aprendizagem. Para adaptar a sala de forma eficaz e efetiva, que facilite o processo de aprendizado do aluno com autismo, é importante conhecer as suas facilidades e dificuldades, e fazer atividades que chamem sua atenção.

De acordo com o tempo melhorias no desenvolvimento do autista. A socialização, por exemplo, é uma ferramenta essencial para uma boa aprendizagem com o passar de algum tempo o autista ele se socializará com facilidade, pois o autista ele é acostumado com rotinas por isso é muito importante a socialização na escola, ate mesmo a socialização com vizinhos e em torno da residência e seus familiares. Estabelecer vínculos amigáveis e confiáveis, diferentes afetos e ter uma base sólida de relações. Outra opção muito importante também para a rotina do autista é criar projetos de inclusão que promovam o acolhimento seja para escola e família, possibilitando espaços em que o respeito seja priorizado e que as mesmas oportunidades de aprendizagem sejam oferecidas.

Em vez de pensarmos o aluno como origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 2001, pág.6).

Uma das melhores formas de incluir os projetos de inclusão é atuar no coletivo. é importante criar oportunidades para que estas crianças e o corpo docente entendam o

que é o autismo, estimulando todo o corpo escolar a entender as diferenças e diversidades que existem no mundo, aprendendo a lidar de forma inclusiva e empática com os seres humanos. Deve-se incentivar a criança a repetir a palavra e junto com ela mostrar o que se faz, é importante incentivar também a pronúncia das palavras a cada atividade. Rodar: girar em torno do próprio eixo com a criança em seu colo ou pela mão. Escorregar: puxar a criança gentilmente sobre um cobertor ou ajudá-la a descer no escorregador. Balançar: balançá-la em seus braços, em uma rede ou em um balanço. Apertar: oferecer massagens com diferentes tipos de movimentos e intensidade de pressões em diversas partes do corpo da criança.

A escola deve se basear na LDB 9.394/96 e fazer as adaptações para não limitar os alunos com grandes capacidades, para que dessa forma eles possam continuar a desenvolver sua parte intelectual.

Acredita-se que o autismo dentro da escola pode trazer também vários e diversos fatores positivos para o aluno autista, como mudança comportamental, comunicação, interação social, assim como para qualquer criança, será representada um papel importantíssimo para o desenvolvimento da criança autista, pois contribui para a socialização, têm efeitos positivos sobre a aprendizagem, estimula o desenvolvimento de habilidades básicas e novos conhecimentos.

2.2 ESCOLA X INCLUSÃO COMO ISSO PODE SER TRABALHADO NA PRÁTICA

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existam para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2003, P. 36)

Há escolas públicas que promovem iniciativas muito pertinentes quanto à inclusão de alunos autistas em turmas regulares. Com isso, essas instituições devem

atuar com a metodologia que se assemelhe às particulares, com educadores e outros profissionais que dão enfoque à adaptação do ensino inclusivo.

[...] A aprendizagem sugere dúvidas, acertos, erros, avanços, descobertas. Suas fases não são lineares e constituem processos coletivos e ou individuais, daí a importância do grupo e da colaboração entre os alunos da turma. Quando o conhecimento está imerso em uma rede de significações, o aluno efetivamente aprende, seja em grupo, seja individualmente. (Mantoan, 2011, pág. 72)

A inclusão dos autistas nas escolas públicas é necessária, pois despertar nos educandos formas de solidariedade, amor, amizade e empatia, e com esses valores será começada na escola, onde o indivíduo no caso outros alunos é orientado a trabalhar suas atitudes diante da sociedade. A formação de professores e pesquisadores para educação inclusiva é assunto polêmico. Lima enfatiza que o ponto de partida para a inclusão escolar é a formação humana dos educadores seguida da formação técnica associada à interação com as pessoas com deficiência. “informação, a formação de base e o conhecimento especializado constituem uma vertente significativa – e é neste sentido que se busca consolidar esta obra” (Lima, 2006. p.123.)

Trabalhar o jeito de pensamento das crianças em relação ao colega pode ser diferente, ensinando a respeitar o próximo, pois muitas crianças ingressam nas escolas cheias de preconceitos, a própria sociedade precisa passar por um entendimento e por a mão na consciência em sua forma de pensar e ver o próximo e será um grande caminho a ser traçado para que as novas gerações tenha convivência com as diferenças, trabalhando o pensamento dos cidadãos do futuro de amanhã.

Portanto, a inclusão de crianças autistas na escola regular municipal necessita de planejamento e ações criteriosas, visto que a mesma não trabalha apenas com um tipo de realidade, sendo assim essa a realidade em que a escola está inserida e que recebe o aluno com autismo que é possível oferecer uma orientação adequada, promovendo o suporte de inclusão necessária à realidade individual de cada aluno atendido.

A inclusão não tem exceções, ela respeita o ritmo de aprendizagem de cada um, baseando-se em uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas,

em contraposição à sociedade que inabilita e reforça os impedimentos (Belo Horizonte, 2000, pág. 11).

É necessário conhecer diversas características apresentadas pelo autismo para assim, saber como intervir no desenvolvimento, respeitando o tempo de cada aluno e trabalhando da melhor maneira possível e trabalhando para que a exclusão seja descartada. A exclusão escolar manifesta-se das mais diferentes maneiras mediante os padrões de científicos do saber escolar, o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, preconceitos e que reconhece e se faz a valorização das diferenças.

Cabe à instituição incluir a criança da melhor maneira possível. Na Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, fica assegurado a ela o direito à Educação em todos os níveis de ensino. Garanti-lo não é tarefa simples: faltam profissionais habilitados, o número de alunos em sala é grande e ainda não há muitos conhecimentos consolidados sobre o tema. O que existe são bons exemplos de práticas pedagógicas que possam funcionar em determinados contextos e podem ajudar o educador a fazer uma reflexão sobre o processo de inclusão.

O grande objetivo da educação deve ser ensinar o aluno a pensar e analisar criticamente situações. No entanto a escola precisa de parcerias para que alcance tais metas, sendo assim a participação e interação da comunidade escolar é fundamental durante esse processo de ensino e aprendizagem, pois a ligação entre ambas as partes contribui positivamente no progresso e desenvolvimento educacional das crianças.

O desrespeito a preceitos interpretações tendencioso de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a a inserção de alunos com deficiência no ensino regular que defendem a inclusão, fazendo-o retroceder, Estamos diante de crescimento, mas de muitos impasses da legislação. Portanto, que a inclusão seja uma realidade na escola, é necessário à formação, preparo e dedicação dos docentes. Desse modo a formação dos professores para atuação do trabalho com a diversidade é uma grande importância, porque é essencial para a inclusão efetiva.

2.3 RELAÇÕES ESCOLA X FAMÍLIA E A RELAÇÃO DE MATRÍCULA E PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO

Diante de tal importância do atendimento educacional especializado, fazendo o necessário para abordar a formação do docente que atua na sala regular, um bom ambiente de ensino e profissionais capacitados, sim são de extrema importância. A afetividade é um caminho para incluir qualquer aluno na instituição escolar. É a mediadora entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula, na busca da inclusão de qualquer educando na escola.

As salas de recursos também são de grande importância, contudo, não deveremos abandonar o convívio social dentro de sala de aula, pois a inclusão e a socialização trabalham juntas para que o ensino inclusivo se desenvolva. A educação nas escolas inclusivas, independentemente do grau, deve ter a vivência individualmente em sala de recursos e na sala de ensino comum da escola, favorecer a sociabilidade, pois incluir aprender junto. A união de práticas e a teorias do professor, tornando de uma grande importância, O diálogo também permite a família contribuir para a formação de hábitos e atitudes coerentes com o espaço escolar, fortalecendo o regimento interno. É preciso que família e escola estejam em sintonia e harmonia, no que se refere à construção dos aspectos formativos junto às crianças.

Uma nova escola é perfeitamente possível, porque muitos são os professores que, apoiados pelas famílias e assessorados por seus diretores e supervisores, estão acreditando em outros modos de pensar a educação e de fazê-la acontecer na sala de aula, onde cada um tem a sua identidade respeitada e onde velhas práticas possam ser transformadas em novas oportunidades de aprendizagem, para todos os alunos, mais ou menos deficientes (Mantoan, 2011, p.82)

As ideias negativas e conflituosas enfraquecem a parceria família e escola prejudicando a comunicação, bem como fortalecendo a violência e a indisciplina na escola. Contudo, as ações de educar e ensinar devem ser compartilhados entre as duas instituições: família e escola. Ambas devem preparar as crianças para o exercício da cidadania, com dignidade e respeito, para que possam se tornar pessoas que

alcancem a felicidade e autonomia de forma competente. Hoje, mais que nunca, a escola precisa do apoio da família e, em contrapartida, a família também precisa da escola, não só no que se refere à formação acadêmica de seus filhos, mas também na formação ética e cidadã. Por fim considera-se importante que a família faça a sua parte diante a escola, através de ações e práticas socioeducativas.

Mantoan nos traz que a inclusão acontecerá quando houver uma mudança de paradigma sobre o que entendemos como educação escolar e qual seu papel em nossa sociedade hoje.

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade.
(MANTOAN, 2003, p. 27)

.Não basta apenas olhar o caderno e livro escolar, é preciso participar, ir em reuniões, buscar o saber como está o processo de aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos, participar de oficinas, projetos, palestras e principalmente, dando suporte, acompanhando e auxiliando durante todas as etapas desse processo, estando em conexão direta com toda comunidade escolar.

O certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo 13 (negativo) de alguns. A educação inclusiva dirige-se assim aos “diferentes”, isto é... a todos os alunos. E é ministrada por “diferentes”, isto é... Por todos os professores (Rodrigues, 2006, p. 306 apud SILVA 2014).

Considera-se, que quando o assunto é aprendizagem e desenvolvimento da criança, cada um possui seu papel e suas contribuições. Entretanto, não é algo que se se conclua individualmente, precisa-se de acompanhamento e cumplicidade, o diálogo

entre pais e professores, pois muitos fatores pessoais podem interferir nesse processo, com isso a escola e a família devem estar a par de tudo, sempre interligadas.

Toda instituição deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa ou aluno em razão de sua origem, sexo, raça, cor, deficiência ou idade.

Essas opções de pensamento ou lei já bastariam para que não negasse a qualquer pessoa, com deficiência ou sem, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outra pessoa, porém, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

“(…) as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência de seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo.” (Mantoan, 2003, pág. 35).

Transformar a escola é inová-la e buscar informações, concretizar o Projeto Político, é assegurar escola para todos e isso não quer dizer que “as matrículas estão abertas”, e sim dizer que as crianças na escola serão vistas pelas outras como um amigo, e serão aceitas naquela turma. Transformar a escola também é transpor a classe em um ambiente acolhedor. A escola precisa ser mais democrática, professores e gestores e equipes diretivas devem trabalhar juntos, compartilhar projetos. (FIGUEIREDO, 2010.p.37) complementa:

Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem.

A criança autista se comunica, porém não da mesma forma que as demais pessoas que não apresentam o transtorno. Aos professores e familiares no convívio da criança autista, recomenda-se buscar entendimento sobre como a criança se comunica. A inclusão de todos como participantes da produção social, cultural, a igualdade com o reconhecimento das diferenças no, psicológico, aspecto físico e cultural ao mesmo tempo em que é importante manter as rotinas, se faz necessário mudar também quando estas obtiverem sinais de comportamentos inadequados, que prejudicam o autista devem ser retirados e serem adaptados às novas atitudes de forma que não venham a prejudicar o mesmo, tendo com o trabalho com novas rotinas da melhor maneira possível, contribuindo assim para um melhor convívio social.

3. O RESULTADO DE UMA EFETIVA PARCEIRIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NESTE PROCESSO.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de coleta de dados sobre os resultados de uma interação entre família e professor na inclusão do aluno autista. Para obtenção de respostas para esse tópico, foi realizada pesquisa de campo com quatro professores da rede regular de ensino e quatro pais de alunos dos professores anteriormente mencionados. As primeiras seis perguntas são respostas dos responsáveis e as outras seis últimas são sobre a escola. A mesma foi organizada sob a forma de questionário caracterizando-se assim como um instrumento de coleta de dados antes de ocorrer a pandemia que está afetando o mundo.

Para o grupo de pais foram realizadas as seguintes perguntas:

Questão 1

O QUE O LEVOU A PROCURAR ATENDIMENTO MÉDICO PARA DIAGNÓSTICO

- a) Familiares observaram comportamentos que pensavam não ser normal.
- b) Não olhar nos olhos, não responder a estímulos, dificuldade em expressar-se entre outros.

QUESTÃO 1

RESPOSTA A 1

RESPOSTA B 3

Questão 2

QUAL O SENTIMENTO DA FAMÍLIA PÓS-DIAGNÓSTICO

- a) Ficamos desorientados e em choque com o diagnóstico, sem saber onde buscar ajuda.
- b) Já havíamos nos preparado emocionalmente para o diagnóstico, o que facilitou por procurar ajuda qualificada.

QUESTÃO 2

RESPOSTA A 2

RESPOSTA B 2

Questão 3

SOBRE PERMANÊNCIA OU MATRÍCULA EM ESCOLA, QUAL O CRITÉRIO UTILIZADO PELA FAMÍLIA.

- a) Optar por buscar por uma escola “especial”
- b) Prefere buscar por uma escola regular por acreditar na vivência escolar sem rotulação

QUESTÃO 3

RESPOSTA A 1

RESPOSTA B 3

Questão 4

OBSERVOU MUDANÇAS NO SEU FILHO PÓS-VIVÊNCIA ESCOLAR

- a) Sim. Apresentou resposta a alguns estímulos, olha nos olhos, entre outros.
- b) Não. Ainda sem mudança.

QUESTÃO 4

RESPOSTA A 3

RESPOSTA B 1

Questão 5

SEU FILHO FAZ ALGUM TIPO DE ACOMPANHAMENTO MÉDICO

- a) Sim. Ele é acompanhado por fonoaudiólogos, psicólogo e/ou outros profissionais.
- b) Não. Atualmente não faz nenhum tipo de acompanhamento, apenas pediátrico.

QUESTÃO 5

RESPOSTA A 2

RESPOSTA B 2

Questão 6

QUAL SUA EXPECTATIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SEU FILHO

- a) Ele precisará de ajuda, mas sei que ele conseguirá com limitações.
- b) Ele precisará de ajuda, mas será feliz e superará barreiras, tornando-se independente em sua vida adulta.

QUESTÃO 6

RESPOSTA A 1

RESPOSTA B 3

Para o grupo de professores foram realizadas as seguintes perguntas:

Questão 1

SOBRE A PRIMEIRA VEZ QUE RECEBEU UM ALUNO AUTISTA

- a) Tive medo. Não tinha qualificação em educação especial e não sabia como trabalhar.
- b) Fiquei feliz. Colocaria em prática minha qualificação em educação especial.

QUESTÃO 1

RESPOSTA A 3

RESPOSTA B 1

Questão 2

SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM AULA

- a) Conseguia realizar todas as atividades do planejamento previstas para o dia.
- b) Algumas atividades não eram realizadas, precisando fazê-las em outro dia ou adaptá-las.

QUESTÃO 2

RESPOSTA A 0

RESPOSTA B 4

Questão 3

COMO O ALUNO FOI RECEBIDO PELOS COLEGAS DE TURMA

- a) Bem, conversamos anteriormente sobre o respeito às diferenças e inclusão.
- b) Precisei intervir pois a turma apresentou dificuldades em incluí-lo.

QUESTÃO 3

RESPOSTA A 3

RESPOSTA B 1

Questão 4

SOBRE O ATENDIMENTO DO ALUNO POR UM PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

- a) Acho necessário, pois o aluno precisará de atenção qualificada e, por vezes, atendimento individualizado.
- b) Acho desnecessário pois o professor pode desempenhar essa função mesmo sozinho.

QUESTÃO 4

RESPOSTA A 4

RESPOSTA B 0

Questão 5

SUA OPINIÃO SOBRE O PROFESSOR AO RECEBER UM ALUNO AUTISTA

- a) Os professores necessitam de qualificação e formação continuada para atendimento de alunos especiais.
- b) Os professores não necessitam de formação continuada, apenas a qualificação inicial é suficiente para atendimento de alunos especiais.

QUESTÃO 5

RESPOSTA A 4

RESPOSTA B 0

Questão 6

SOBRE MELHOR DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DO ALUNO AUTISTA

- a) O aluno cuja família mostra-se disponível, atento e participativo, apresenta desenvolvimento igual ou maior ao esperado no planejamento escolar.
- b) O aluno cuja família mostra-se ausente, desatento e pouco participativo e apresenta desenvolvimento igual ou maior ao esperado no planejamento escolar.

QUESTÃO 6

RESPOSTA A 4

RESPOSTA B 0

Diante do exposto, destaca-se a importância da família no desenvolvimento do aluno autista. Em sua grande maioria, o diagnóstico positivo para o autismo causa inicialmente angústias e incertezas, porém é o passo primordial para a busca de atendimento especializado e adequação das atividades da criança, inclusive as escolares. A partir de um novo olhar para com a criança, é possível realizar os estímulos corretos e oferecer atendimento justo e igualitário para promoção de seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa foram observadas que apesar de sua dificuldade, a criança autista é completamente capaz de aprender quando respeitado o seu tempo, realizando as possíveis ou necessárias adaptações para o bom andamento do processo educacional. Compreendemos também a necessidade do diagnóstico do aluno, para então contribuir de modo que o aluno seja respeitado e receba atendimento adequado às necessidades, potencializando o seu desenvolvimento escolar.

De maneira geral, a pesquisa contribuiu muito para o nosso aprendizado. Pudemos conhecer melhor a história das crianças com autismo, como ocorre seu desenvolvimento em sala de aula, suas dificuldades, suas vitórias e como os profissionais podem intervir e auxiliar neste processo.

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi alcançado, considerando que as pesquisas bibliográficas trouxeram entendimento e compreensão do autismo e das características específicas de como elas se desenvolvem.

Pudemos observar também o quanto a família agrega para o crescimento desta criança uma vez que apoia e se disponibiliza a descobrir junto. Concluímos que as crianças em geral, sejam elas ditas normais ou não, necessitam muito mais que a socialização.

A realidade enfrentada pelos professores revela-se sobre modo difícil dado as condições inadequadas para o desenvolvimento de contextos favorecedores da aprendizagem. A formação continuada dos professores, suporte, orientação e acompanhamento para as famílias, no entanto a inclusão vem ocorrendo de maneira não planejada e não sistematizada. É preciso que o professor promova um ensino de igualdade e que o ambiente escolar receba adequações arquitetônicas.

A escola, a família e a sociedade devem unir-se para um atendimento mais humanizado, atendimento de qualidade para que esses alunos desenvolvam-se melhor. Esse trabalho contribuiu como fonte de pesquisa e esclarecimentos à todos que se interessam pelo assunto. Foi possível responder os objetivos propostos no início da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Diretrizes de Atenção à Pessoa com Transtorno de Espectro do Autismo. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. 2010. Apud GUISSO, Sandra Maria. A inclusão de crianças deficientes na escola regular: o olhar dos professores 2014 disponível em <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/58%20A%20INCLUS%C3%83O%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20DEFICIENTES%20NA%20ESCOLA%20REGULAR%20O%20OLHAR%20DOS%20PROFESSORES.pdf> acesso 19/06/20.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. Apud OLIVEIRA Mercedes Louraine de e ACONO, Jane Peruzo 2009. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM HISTÓRIA DE DEFICIÊNCIA MENTAL NO CEEBJA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA OLIVEIRA disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1907-8.pdf> acesso em 19/06/2020

LIMA, Priscila Augusta - Educação Inclusiva e igualdade social-p- São Paulo: Avercamp, 2006.

MACHADO, R. Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez,. 2009 (Escola Inclusiva o Desafio das Diferenças)

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: _____.(Org.) O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. Revista Inter Ação, v. 31, n. 2, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. INCLUSÃO ESCOLAR—, O que é? Por quê? Como fazer? – 1. Ed. São Paulo. Moderna, 2003. Disponível em: www.epsinfo.com.br/INCLUSAO-ESCOLAR.pdf

MANTOAN, Maria Teresa Egler (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

RODRIGUES, David. Direitos humanos e inclusão. - Porto: Profedições, 2016. - P.106

RODRIGUES, David. Inclusão e educação: -doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. - apud SILVA, ODETE APARECIDA DA. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONHECER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS PARA TRANSFORMAR 2014 disponíveis em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edespecial_artigo_odete_aparecida_da_silva.pdf acesso em 19/06/2020.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Formar Professores de Educação Física numa Perspectiva Inclusiva In: GAIO, R.; SEABRA Jr., L.; DELGADO, M. A. (Orgs.). Formação Profissional em Educação Física: ações e reflexões. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. (2011). Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? In D. Rodrigues (org.), Educação inclusiva: dos conceitos às práticas de formação (cap. IV, pp. 89-108). Almada: Instituto Piaget

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. Inclusão - Revista de Educação Especial, v. 4, n. 1, p. 33, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação especial: Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2010 v.1

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. O Especial na Educação: *a experiência de Belo Horizonte*. Publicação da coordenação de Política Pedagógica – SMED: Belo Horizonte. Nov. 2000. Página 11